

DOUTORES MAL SABEDORES DO VERNÁCULO.

Arthur Virmond de Lacerda Neto. 9.I.2019.

[...] *escolas, em que não se presta atenção à arte de escrever a própria língua que se tem de usar, português [...].*
 [...] *a maioria dos acadêmicos não sabe sequer escrever [...]*
 Paulo Francis, *Trinta anos esta noite*, p. 169 (1994).

Hodiernamente, muitos nuper-formados adentram o mestrado e, a seguir, doutoram-se. Os doutores brasileiros atuais são geralmente jovens, nos inícios da sua trintena ou no final da casa dos 20 anos.

Eles passam cerca de dez anos em altos estudos universitários e cometem, oralmente e por escrito, os mais variados erros de Português. Há doutores e pós-doutores em História, Economia, Filosofia, Psicologia, Antropologia *etc.*, que não o apreenderam a contento: redatam consoante as fórmulas em voga, sem estilo próprio; desconhecem as segundas pessoas, a mesóclise, os pronomes contraídos e as preposições corretas; incorrem na sintaxe do inglês e do francês; usam anglicismos e galicismos (provavelmente mal sabem o que é tudo isto); erram preposições, colocação pronominal, pronomes; ignoram o sentido lídimo de palavras; suprimem as partículas dos verbos transitivos indiretos e de locuções; empregam metáforas tolas (por ignorância dos vocábulos que aplicar em sentido próprio ou por afetação¹); constroem com deselegância; erram a crase ou engendram-lhe o uso a despropósito, por ignorância das preposições cabíveis; praticam o vício do duplo sujeito e, por isto, desconhecem o emprego dos pronomes; usam adjetivos em lugar dos advérbios de modo (sequer os sabem distinguir); traduzem mal, crêem que fazê-lo de feição corresponde a imitar fielmente o original e, certamente, jamais leram Machado de Assis, Aloísio de Azevedo, José de Alencar, Coelho Neto nem Eça de Queiroz, Camilo Castelo Branco nem José Saramago. Tampouco leram memorialistas, autobiografias nem biografias.

Não é assim com todos nem sempre; é assim geralmente com doutores da USP, da Unicamp, da UFPR e de várias outras universidades federais, em artigos, capítulos de livros e livros publicados, por editoras universitárias e não só, bem como em artigos de blogues e postagens no Facebook.

O estudante passa quatro ou cinco anos na graduação, em que lê (se lê) textos técnicos, porém não o cânone do idioma (autores brasileiros e portugueses, notadamente os clássicos). Ao longo dos dois ou três anos seguintes, cursa o mestrado em que lê (as suas incumbências acadêmicas exigem-lhe leituras) literatura técnica, possivelmente não apenas em vernáculo; não lê o cânone do idioma. Mestre e, já agora, doutorando, a sua atividade de leitura consiste, ao longo de quatro ou mais anos, em literatura técnica, em Português, certamente em inglês e em outro idioma; não lê o cânone do vernáculo. Ao cabo do seu mestrado, ejaculou dissertação; ao fim do seu doutoramento, ejaculou tese; ao longo de ambos, publicou artigos, tudo em Português defeituoso.

O novo doutor passou pelo menos uma década enfronhado em textos técnicos e escreveu pelo menos dois livros; ao longo destes dez anos (ou mais) escasseou-lhe disponibilidade (o que é compreensível) ou faleceu-lhe vontade e interesse (o que é culpável) ou, provavelmente, ambos, de ler Machado intensamente, Aloísio abundantemente, Saramago fartamente, e mais Alencar, Raul Pompéia, Lima Barreto, Adolfo Caminha, Júlio Ribeiro, Coelho Neto. Também há que haver lido Eça de Queiroz, com fartura, e Camilo Castelo Branco (com algum dicionário grande em mão). Privo-me de incluir Euclides da Cunha, nas duas primeiras partes de *Os sertões*: seria demais para quem jamais se deu ao esforço de ler sequer um livro de cada um dos anteriores, embora devesse haver lido, por inteiro, a sua terceira parte.

O novel doutor é moço; encarna, certamente, o orgulho da sua família; envaidece-se, porventura, da precocidade do seu elevado grau; valoriza o conhecimento que hauriu nos seus minuciosos estudos e o com que acrescentou a massa do saber humano, no seu doutoramento. Malgrado tudo isto, sabe mal o seu idioma, em que redige mal: ejaculou artigos, dissertação de mestrado e tese de doutoramento inquinada dos mais variados solecismos e, aqui e ali, de estilo canhestro. Expôs aos leitores o que se nomeia de norma culta, tal como a empregam os cultos, conceito ilusório em relação a ele: ele é pseudo-culto em Língua Portuguesa; os seus textos correspondem aos de quem deveria ser culto no idioma, porém não o é.

¹ Certos juristas são nisto vezeiros; *exempli gratia*: "hipotecar solidariedade", "o juiz despachou em homenagem ao princípio do contraditório", "a justiça se faz sob o manto da lei".

A redação dos nossos jovens doutores não é exemplar; não serve de modelo do idioma; não exprime, deveras, o estado do idioma tal como o praticam os que bem o sabem. Ao invés: quanto mais jovem o doutor, tanto mais é certo não se haver enfronhado na herança literária do seu idioma, escrever com alguma deselegância e, sobretudo, defeituosamente.

Seria de esperar que o estudante concluísse o seu curso ginasial com verdadeira proficiência em Língua Portuguesa, o que há já cerca de vinte anos se desmente no Brasil: o graduando é deficiente em vernáculo e não se esforça por superar o seu (relativo) despreparo ao longo da sua carreira, nos anos seguintes. Lê o que lhe determinam ou o que lhe interessa para completar o mestrado ou o doutorado e pouco ou nada mais.

Carente de freqüentação dos bons autores do idioma, ele é forçado a redigir no meio acadêmico, sem haver, previamente, treinado a arte de escrever e sem se haver familiarizado com os que a praticaram superiormente. Finalmente, doutora-se: é doutor proficiente em dois idiomas, sem o ser, de todo, no seu; é doutor que redige e traduz mal; é doutor indouto em vernáculo, com gradações na qualidade ruim, desde a supressão das mais indispensáveis proposições e a construção imitante da fala, até o duplo sujeito e o vanilóquio prolixo.

Dos vários jovens doutores ativos no Facebook, autores em blogues e gazetas eletrônicas, que produziram artigos ou livros nos últimos quinze anos, não se me depararam, ainda, as exceções de quem redatasse escorreita e elegantemente, livre de erros e com verdadeira beleza.

Há quem, dentre eles, redija relativamente bem; entretanto, de doutores, seria expectável mais qualidade; de doutores, dever-se-ia esperar correção inatacável; de doutores, deve-se exigí-la.²

É fácil objetar-se que o estilo científico ou técnico difere do do beletrista, do romancista, do poeta (não me refiro à poesia e sim à prosa) e que, por isto, é errado comparar-se o incomparável; que se deve cotejar os bons escritores de textos técnicos e científicos com os seus homólogos, ruins, e não uns nem outros, com os romancistas e contistas.

Seja. Não se trata, contudo, de os jovens doutores (em ciências humanas, exatas ou biológicas) mimetizarem o estilo dos romancistas, contistas, memorialistas, biógrafos, poetas; de exprimirem os seus conteúdos em romances, contos, memórias, poemas; de sacrificarem a descrição dos fatos e a sua interpretação à imaginação própria de ficcionistas nem de exprimirem-nas em jeito de retrospectiva pessoal. Trata-se de familiarizarem-se com as formas literariamente superiores, com o idioma tal como nele redigiram os seus expoentes, cuja leitura ensine, espontaneamente, a perceber-se o que é texto dotado de beleza, clareza e destreza, qualidades que o cientista e o técnico aplicarão nos seus textos científicos e técnicos, o que, por sua vez, resultará em textos científicos e técnicos de qualidade na sua forma. Que o mestre e o doutor eduquem-se como redatores, assim como educaram-se como pesquisadores.

A seleção de candidatos ao mestrado e ao doutorado, bem como as bancas de defesa de mestrado e de doutoramento, devem atentar também na perfeição do texto do candidato e do concluinte, à luz da sua forma e da sua correção gramatical. Se já o fazem, que assim persistam; se não o fazem, é desejável adotarem este critério, indispensável a quem escreve e a quem produz literatura correspondente aos graus académicos excelsos.

É imperioso graduandos, mestrandos e doutores; estudantes, professores e orientadores reconhecerem a beleza de textos magistralmente executados e o valor estético do que se redata, esforçarem-se por desenvolver estilo próprio, manterem o rigor gramatical e as qualidades da clareza, da beleza e da destreza nos seus textos. Que evitem, zelosamente, incorporar ao vernáculo a sintaxe estrangeira (notadamente do inglês) e estrangeirismos (em que a fabricação de neologismos dispensáveis, por

² Nada há de difícil na Língua Portuguesa, para quem a estudou ou recorreu a alguma gramática que lhe elucide a dúvida ou lhe corrija o erro. Também há tira-dúvidas úteis e bastante práticos no seu manuseio.

Dentro da falibilidade humana, os doutores (como qualquer pessoa) sujeitam-se a errar, por desatenção, desconhecimento ou deslembração de algum ditame gramatical, dentro, no entanto, do aceitável: certas cincadas são intoleráveis.

Segundo alguns, o volume de regras do Português (e de exceções) seria inabarcável pelo comum da gente e conhecido apenas por gramáticos ou por estudiosos, pelo que até doutores sujeitam-se a deslizes.

As regras aprendem-se, por estudo; elucidam-se mercê da consulta das fontes; entranham-se também graças à leitura de autores primorosos. Não sobre-abundam as regras e ainda que sim, a sua quantidade explicaria falhas, sem as escusar, máxime em doutores.

adaptação do inglês para o português, por semelhança morfológica, é o artifício fácil do ignorante ou do incauto³).

É horrível ler teses em que o doutor escreveu: "[...] ao afirmar a estrutura que O permitirá [...]". É horrível ouvir professores-doutores dizerem: "Quero agradecê-LO". É horrível ler coisas como: "A fará" ou "Estava interessado SOBRE tal tema.". É horrível encontrar construções doutorais como: "Lembro que era isto" (em lugar de "Lembro-me de que era isto"). É lastimável ler coisas do tipo de "Me pareceu" ou "Os amigos se encontrariam", em lugar de "Pareceu-me" e de "Os amigos encontrar-se-iam".

Sintoma infalível de sub-capacitação em Português é errarem-se as preposições e ignorarem-se a mesóclise, os pronomes contraídos e as segundas pessoas. Os brasileiros em geral e o pessoal universitário brasileiro sequer conhecem-lhes a existência e ainda menos sabem usá-los.

A língua não mudou o suficiente para que os neo-doutores já lhe estejam na "nova forma": são eles que não a dominam como deveriam e desdenham de usá-la como poderiam. O mesmo diga-se das pessoas em geral, o que inclui todo o pessoal universitário.

É falacioso pretender-se que o idioma alterou-se e que a evidência disto está precisamente na redação doutoral: afinal, trata-se de doutores (e não do vulgo ignaro), que se exprimem consoante a norma culta. É diferente o autor praticar pequenas inovações, ao sabor do seu estilo, do câmbio da aceção das vozes, dos usos correntes de, por outro lado, errar por ignorância ou mal conhecimento da norma culta.

Supõe-se que o doutor conheça, a contento, as regras do seu idioma natural e as aplique; espera-se que ele escreva e fale melhor do que o vulgo; que a sua expressão revele o estado do uso culto do idioma; que, enfim, os doutores sejam redatores à altura do seu doutorado. Porém não é assim: os fatos desmentem tais expectativas, com frequência suficiente para justificar-lhe a generalização (ressalvadas as exceções).

Décadas atrás, os autores e os tradutores brasileiros, os professores, os jornalistas, os estudantes e o público em geral, conheciam as regras do idioma com mais propriedade e as usavam mais do que nos últimos cerca de quarenta anos. Havia bem menos doutores do que hoje e os não-doutores redigiam com beleza e esmero, sem os defeitos dos nossos jovens acadêmicos. É vergonhoso que o estado do idioma no Brasil seja de mudança para pior.

Estudar a gramática é importante e usá-la é valioso, em favor da precisão e da clareza da comunicação. Na sua maioria, a nova geração doutorada cursou, no ensino ginásial, a disciplina de Língua Portuguesa, em que sofreu certamente, inculcação da sócio-lingüística, de doutrinas segundo as quais a gramática constitui-se de regras opressoras, arcaicas, lusitanas, que urge reformar e inovar. Somem-se as idéias, falaciosa, da existência do idioma brasileiro; tola, da independência lingüística brasileira: elas criaram ambiente mental justificador do envilecimento do idioma e não apenas da incorporação, legítima, de fraseologia, de vocabulário, de localismos brasileiros. Combinadas tais influências com o menor esforço (critério de todo medíocre), o resultado é o do certo desdém pela forma realmente culta do vernáculo e a aceitação do seu rebaixamento, males que os doutores não transcendem como seria de esperar da elevação dos seus estudos e do seu grau.⁴

Defeito grave, já grafopatia (doença de redação) endêmica, é o (cafona) duplo sujeito: "João Bodin analisou os governos do tempo do autor, embora houvesse análises diferentes das do filósofo político. O analista francês recebeu elogios." Haja paciência para aturar tal tipo de excrescência! A mesma frase, expurgada do defeito: "João Bodin analisou os governos do seu tempo, embora houvesse análises diferentes das suas. Ele recebeu elogios."

Estudantes, professores, bacharéis, mestres, doutores, jornalistas, juristas e não somente, nele incorrem sistematicamente com a justificativa de evitar-se a repetição do nome (do sujeito), reiteração alegadamente desagradável. Tal justificativa é gratuita e errônea; o seu efeito é o de introduzir prolixidade e obscuridade no que poderia ser conciso e inequívoco. Livres do duplo sujeito, as frases são econômicas e claras; com ele, verbosas e confusas.

³ Exemplo de sintaxe do inglês: "Isto foi importante para mim" em lugar de "Isto foi-me importante". Exemplos de anglicismos: o verbo *admitir* no sentido de *concordar*, *anuir*, *aquiescer*, *estar de acordo com*; os verbos *equalizar* e *acessar*, em lugar dos vernaculares *igualar* e *aceder a*.

É irrelevante estarem dicionarizados os perigrinismos (o que inclui os anglicismos): os dicionários registram a existência das palavras, sem necessariamente abonar-lhes o uso. São descritores e não prescritores.

⁴ Ao contrário: são doutores, como Marcos Bagno e os seus asseclas, os promotores da lusofobia e do mudancismo gramaticais. Vide as minhas objeções ao livro *Preconceito lingüístico* em: <https://arthurlacerda.wordpress.com/category/preconceito-linguistico/>.

Não é desaconselhável repetir-se diretamente o sujeito; evita-se-lhe a repetição pelos pronomes, cuja função consiste precisamente em substituí-lo. Em vez de os maus redatores valerem-se deles, empregam perífrases com que multiplicam, irracionalmente, o sujeito, em detrimento da clareza e da concisão do seu texto. Acadêmicos, jornalistas, juristas, tornarem-se exímios nesta aberração que conduz à dubiedade no texto. Baldos de tirocínio suficiente com que atinem na estupidez que é a duplicação do sujeito e de autonomia estilística com que redatem fora da fórmula de redação que ele representa, os doutores cometem-no, tal qual os piores escrevinhadores.⁵

Evitam a repetição do sujeito e o vício do duplo sujeito os pronomes ele, eles, ela, elas, o, a, os, as, te, to, ta, tos, tas, vos, vo-lo, vo-la, vo-los, vo-las, nos, no-lo, no-la, no-los, no-las, lhe, lhes, lho, lha, lhos, lhas, cujo, cuja, cujos, cujas, dele, dela, deles, delas, seu, sua, seus, suas, vosso, vossas, que existem precisamente para isto; tal é a sua função.

O seu emprego não causa nenhuma confusão, a não ser que o texto haja sido mal redigido ao ponto de havê-la, caso em que o defeito não radica no pronome e sim na inépcia do autor. Bons redatores

⁵ "Em julho de 1921, a visita do poeta Paul Fort ao Brasil foi uma nova oportunidade para Oswald atacar a idéia [...]. O francês, de quem ele tomara conhecimento na viagem [...]. Na mesma época, Oswald e o mineiro Agenor Barbosa pagaram tributo à face modernizadora da poesia simbolista, por ocasião da morte de Alphonsus de Guimarães. O poeta mineiro foi considerado um "lutador da arte nova" [...]. Mário de Andrade também compartilhava a admiração ao simbolista de Mariana."

"[...] o francês". Que francês?

"O poeta mineiro [...]". Que poeta mineiro? Agenor ou Oswald? Não é suposto ser Agenor, se o leitor não souber ou não adivinhar a naturalidade de Oswald.

"[...] simbolista de Mariana". Que simbolista de Mariana? Oswald, Agenor, Alphonsus? Não é suposto que o leitor saiba onde nasceram Oswald, Agenor, Alphonsus nem que o adivinhe.

"o francês", "poeta mineiro" e "simbolista da Mariana" constam como perífrases e constituem duplos sujeitos, que tornam duvidosas e confusas as frases, cujo autor esmerou-se em praticá-los, na convicção, quiçá, de que escrevia com estilo ou com apuro. Ao invés: deitou um dos mais confusos parágrafos que já tive o desgosto de ler. Também errou a preposição em "admiração ao simbolista" (a correta é "pelo"). (Marcos Augusto Gonçalves. 1922. *A semana que não terminou*; p. 226).

No passo: "Na mesma época, Oswald e o mineiro Agenor Barbosa pagaram tributo à face modernizadora da poesia simbolista, por ocasião da morte de Alphonsus de Guimarães. O poeta mineiro foi considerado um 'lutador da arte nova [...]', ainda que o autor haja qualificado Agenor de mineiro, não o qualifica de poeta. Oswald ou Agenor era poeta; Agenor era mineiro; o poeta mineiro poderia ser Agenor como poderia ser Oswald. O autor imputou a Agenor a condição de mineiro, porém não também a de poeta; com isto, a Agenor corresponde uma das duas notas do sujeito duplicado "poeta mineiro" e não ambas. Se e somente se houvesse escrito "Agenor, poeta mineiro" ou "O poeta mineiro Agenor" é que a expressão "poeta mineiro" seria associável a Agenor. Adjetivou-o, apenas, de "mineiro": logo, a obscuridade subsiste na identificação de quem seja o "poeta mineiro". Adivinha-se que seja Agenor, com base na sua adjetivação incompleta como mineiro; intui-se que Agenor, mineiro, era poeta.

Quem poderia ser "simbolista de Mariana?" O texto não atribui a ninguém nascença em Mariana, que tornasse prontamente associável Alphonsus à locução "simbolista de Mariana". Três pessoas admiravam Alphonsus; elas admiravam o simbolista de Mariana. Há de o leitor adivinhar que Alphonsus era natural de Mariana. O tal marianense poderia ser outro, que não Alphonsus, porquanto o texto não lhe atribui a condição de marianense e não é óbvio que o marianense seja Alphonsus: ao contrário, o leitor depreende que seja ele, supõe que seja ele, adivinha que seja ele, pois trata de quatro pessoas, de que três admiram e uma é a admirada. Admirada, porém não identificada, explicitamente, como objeto da admiração nem como natural de Mariana.

Por mais que o texto verse literatura e ainda que, porventura, se destinasse a leitores especializados (não lhe é o caso), ele é desastroso com as duplicidades. Sem elas, não suscitaria dúvidas nem exigiria hexegese para decifrem-se as perífrases com que se duplica o sujeito.

Todo duplo sujeito exige alguma capacidade divinatória. Talvez os autores esperem de seus leitores capacidade hermenêutica; da mesma forma, suponho que os leitores esperem dos autores clareza na sua redação: o duplo sujeito impõe ao leitor exegese desnecessária e de que deveria poupá-lo, e complica inutilmente o texto.

Evitar palavras (cujos sinônimos se procure no dicionário) é esteticamente valioso; evitar a repetição dos nomes não é vantajoso e resulta na duplicidade do sujeito. Enunciar mais de vez o nome não prejudica a estética do texto nem o torna desagradável; nada há de saire em tal reiteração. Ao invés: ela evita confusões e permite ao leitor identificar, pronta e inequivocamente, de quem ou de que se trata. Os clássicos repetiam os nomes ou empregavam pronomes; desusavam duplicar o sujeito.

São razões por que o duplo sujeito é irracional, defeito de redação e inferioridade estética.

empregam, vantajosamente, os pronomes; maus redatores usam, desvantajosamente, o duplo sujeito e desconhecem o valor dos pronomes.

Também é vezo da academia usar-se antifrasicamente o tempo verbal do futuro: "Aristóteles vai dizer que [...]". Aristóteles não "vai dizer": disse, no passado. É óbvio que autores de obra produzida "disseram" e jamais "dirão", ainda que no contexto da frase haja dois momentos, em que, no primeiro, alguém disse e, no segundo, alguém disse posteriormente. Se ambas dicções deram-se no passado, é imperioso o tempo verbal corresponder à realidade que descreve, ou seja, ao passado e jamais ao futuro: "Sócrates disse isto; Aristóteles disse aquilo, posteriormente." ou "Sócrates disse isto; depois, Aristóteles disse aquilo." e não: "Sócrates disse isto; Aristóteles vai dizer aquilo.". "Vai dizer" exprime futuro em relação a quem se reporta a Aristóteles, como se este vivesse e fosse dizer.

É evidente (nesta situação) a confusão dos tempos, porém na academia tal vício já se entranhou. Não deveria jamais se haver introduzido e não o teria sido se os nossos professores, mestres, doutores, estudantes, atentassem em como se comunicam e zelassem pelo rigor com que o fazem. Não se defenda o erro do tempo verbal com a escusa de que se cuida de "estilo acadêmico" ou de que "na universidade é assim": no idioma não é assim e qualquer estilo deve fazer sentido, máxime o de textos científicos. Antes de tudo, qualquer falante e qualquer escrevedor deve atentar em se faz sentido a forma como se exprime.

Muitos acadêmicos empregam anglicismos, como: "cópia" (*copy*) de um livro por exemplares de um livro"; *mainstream*; "fulano admitiu o que lhe disseram" por "fulano concordou com o que lhe disseram"; "procuro por", "esforço-me para" (em lugar de "procuro" e de "esforço-me por"). Contamina-os a sintaxe do inglês e o seu léxico: dos doutores exige-se fluência nele, porém não se lhes exige zelo pela morfologia e pelo léxico do vernáculo.⁶

As provas de admissão ao doutorado e ao mestrado devem incluir exames de proficiência em Língua Portuguesa, como: preencherem-se lacunas com as preposições "por", "sobre", "para", "de", "com", com as partículas "se", "a", com crase (tirará tudo nota vermelha ou azul, no limite); comporem-se frases com mesóclise, advérbios de modo, pronome contraído, segundas pessoas, sem duplo sujeito (tirará tudo nota vermelha.). Parece pueril; deveria sê-lo; não o é: mestres e doutores são improficientes nestes recursos.

O mínimo que se deve esperar e pode exigir é que na academia produzam-se textos escorregidos. Porém, a maioria do pessoal acadêmico jovem é incapaz de identificar as suas falhas de redação e de evitá-las. Os professores cometem-nas e transmitem-nas, por meio do mau exemplo que dão nos seus textos defeituosos; por sua vez, os jovens doutores já são e serão professores, que portarão consigo a deseducação na arte de bem redigir.

A leitura assídua de bons autores é imprescindível para a aquisição, com qualidade, do idioma, bem assim a de traduções de truz (houve, no Brasil, tradutores ótimos, a exemplo de Otávio Mendes Cajado, Marcos Santarrita, Breno Silveira, Nair de Lacerda, ao passo que, de meados de 1980 a esta parte, abundam traduções ruins do inglês e do francês.).

É desejável que ao adentrar o mestrado, o doutorado, a docência, o sujeito já se haja familiarizado com os clássicos brasileiros e portugueses - no mínimo, com muito de Machado e de Aloísio, mais Raul Pompéia, Alencar, Paulo Setúbal, Lima Barreto, Eça de Queiroz, Camilo Castelo Branco, Saramago e outros. Leram-nos, se tanto, por obrigação, antes do vestibular e mais algum, esporadicamente (porém são "proficientes em inglês"): o resultado observa-se na redação dos jovens doutores brasileiros e da maioria dos seus colegas eqüevos, na academia e fora dela.

⁶ Na sua abundância léxica, o Português propicia equivalentes dos termos em inglês, com que se possa fielmente traduzir. É louvável criarem-se equivalentes vernaculares, não necessariamente como traduções diretas. Também é lícito aporuguesar-se, por imitação da pronúncia do original (por exemplo: esfirra, esqueite) e até introduzirem-se neologismos. Nos quatro casos, desde que inexistente voz vernacular: cuida-se de recursos que permitem criar soluções em Português, em vez de se veicularem palavras alienígenas ("e. g.": *paper*) ou de se criarem adaptações desnecessárias (como é o caso do verbo procrastinar). Com conhecimento do idioma, dos afixos, da formação de palavras, amor para com o vernáculo e pudor de estrangeirá-lo, criam-se as condições intelectuais e afetivas que permitem solucionar sem descaracterizar, conciliar a tradição com a inovação.